

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
ATA DA 135ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Escola de Governo SGON AE 01- Quadra 01, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 135ª reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF, sob a seguinte pauta: **1.** Deliberações: **a)** aprovação da Ata 134ª Reunião Ordinária e da Ata 61ª Reunião Extraordinária; **b)** apresentação do novo Regimento Interno do CONAM/DF, Decreto nº 38.001, de fevereiro de 2017: → Eleição dos membros e instalação da Câmara de Julgamento de Autos de Infração – CJAI, conforme o Artigo 13º do novo Regimento Interno do CONAM/DF; →; **c)** apresentação do diagnóstico do Plano de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, conforme deliberado na 134ª reunião ordinária do CONAM/DF; e **2)** Informes. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação, na ausência do presidente do conselho pela presidente do IBRAM, a CONSELHEIRA JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM/DF). Fizeram-se presente os demais conselheiros: ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (Sema), ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA); JOÃO MARCOS PAES DE ALMEIDA (ABES/DF); PHILIPPE POMIER LAYRARGUES (UnB); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Fórum de ONGs); MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (Fórum de ONGs); IVENS LÚCIO DO AMARAL DRUMOND (SEMA); TIAGO PIMENTEL SOUSA (PGDF); ROSATILDE S. CARVALHO DE LIMA (CASA CIVIL); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); LAUANA DE QUEIROZ SILVA CARVALHO (SEAGRI); PEDRO MAURICIO CABRAL TEIXEIRA (SEMOB); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); ALBATÊNIO RESENDE GRANJA JÚNIOR (TERRACAP); Ten. Cel. GLAUBER ANDERSON MARTINS DE LA FUENTE (CBM); MARIA ANNITA MORAES FERREIRA BRANDÃO (IESB); LUCIANO DANTAS DE ALENCAR (SINDUSCON) e FREDERICO AUGUSTO CARDOSO MARTINS (ADEMI). A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA justificou ausência. Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Itamar Gomes Vitor (STRF), Jorge Artur (SEMA/DF), José Agmar de Souza (SEPLAG/DF), Fernando Dantas (OAB/DF) e Raul Silva Telles Valle (SEMA). A **PRESIDENTE** deu por aberta a 135ª reunião ordinária do CONAM-DF, procedendo com a pauta o **item 1a**. Não houve nenhum comentário ou ajuste nas Atas, ambas foram aprovadas por unanimidade e assinadas nesta reunião. Sobre o **item 1b** A **PRESIDENTE** convidou o senhor **Raul (Sema)** para apresentar o novo regimento interno do CONAM/DF, aprovado no Decreto 38.001 de 07/02/2017. O apresentador esclareceu que a composição geral do CONAM, passou de trinta e três instituições para quarenta, com representação paritária, entre Estado e Sociedade Civil, o apresentador lembrou que até o momento não se tem o nome dos quarenta representantes, porque existem representantes que ainda não foram eleitos, ainda não existe regra de eleições no conselho, uma das tarefas do conselho será encaminhar como será feita eleições para que os membros sejam indicados. O regimento atual continua indicando alguns representantes diretamente, mas foram definidas as funções de governo desejadas dentro do CONAM/DF sem dar um nome preciso á secretaria, se precavendo caso alguma secretária mude de nome, continuaria com presença dentro do conselho. São membros de Estado os representantes das secretárias que cuidam: a) do meio ambiente; b) de obras e infraestrutura; c) da saúde; d) da educação; e) da agricultura; f) do desenvolvimento urbano e do território; g) do planejamento; h) do desenvolvimento econômico; i) do transporte e da mobilidade; j) da casa civil e k) da cultura, PG/DF, IBRAM, TERRACAP, CAESB, CBM/DF, PM/DF, ADASA, IBAMA/DF e a UNB. São representantes da Sociedade Civil: FACHO, Fórum de ONGs, Instituições de ensino superiores particulares sediadas no DF, FAPE/DF, STTR/DF, FECOMERCIO, FIBRA, SINDUSCON; ADEMI/DF, CREA/DF, CAU/DF, ABES/DF, OAB/DF e ABRH/DF.

Da sociedade civil, um exemplo, a Federação das Associações dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal (FACHO), ela é nominalmente membro do CONAM/DF, mas tem também duas associações representativas de moradores do DF, assim como tem o FÓRUM DE ONGs/DF e três outras organizações da sociedade civil que trabalha com a temática ambiental que não estão nominadas no conselho. **Raul (Sema)** informou que existem membros perenes e membros eleitos. Outra novidade importante é que foi modificada a forma de funcionamento das versões menores do conselho, no antigo regimento só tinha a possibilidade de Câmaras técnicas e eram sempre Câmaras técnicas temporárias, não tem ainda uma Câmara Técnica Temática, que fosse perene e que tem como função analisar determinados temas antes de passar pelo pleno do conselho, agora existe a possibilidade de criar grupos de trabalho, não seria algo perene e sim com prazo determinado, ao final do prazo, o grupo entregaria para o pleno o resultado do trabalho, o grupo de trabalho é algo bem mais flexível. A Câmara Julgadora de ato de inflação é outra novidade no novo regimento, para cada Câmara técnica não será necessário o titular ou suplente, cada órgão ou entidade poderá indicar o seu representante, não sendo necessário um representante do pleno. Para Câmara Julgadora deverão ser indicados representantes que tenham conhecimento jurídico, preferencialmente. O regimento diz que essa Câmara tem que ser formada na primeira reunião, vai ter um calendário de reuniões próprias, independente do pleno, será composta por sete membros, sendo que um só preside e organiza, seria o membro nato e só vota em caso de empate, também são paritários, três representantes do governo e três representantes da sociedade civil, dos membros do governo um é membro nato, a PG/DF e da sociedade civil, o membro nato é a OAB/DF, um representante dos empresários e outro de outros membros. Próxima Pauta: Eleição da Câmara Julgadora de Autos de Infração, **Ivens (Sema)** Coordenou a Eleição que definiu os representantes da sociedade civil: OAB/DF, SINDUSCON, e FÓRUM das ONGs. Da representação de Governo: PGDF, IBAMA/DF e CASA CIVIL. **RAUL (Sema)** Lembrou que o mandato é de um ano e todo ano se renova. **JANE (Ibram)** lembrou que a eficiência do auto de infração depende de agilidade, e que dois julgamentos por sessão não toma muito tempo da pessoa e que é muito precioso ao meio ambiente. As reuniões serão mensais e com expectativa de produtividade de pelo menos dois atos por conselheiro por seção mensal e cada titular poderá indicar dois suplentes em até 10 dias, contando a partir da data de hoje. Na primeira reunião será definido um calendário para o restante do ano, eleição dos membros que fazem parte do conselho. **Ivens (Sema)** coordenou a eleição para formação do Grupo de Trabalho. Eleitos para o Grupo de Trabalho da secretaria de meio Ambiente: FÓRUM das ONGs, SINDUSCON, UNB. Prosseguiu com o **item 1c da pauta**. **Diego (Sinesp)** apresentou uma síntese do Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, foram realizadas onze audiências públicas para o diagnóstico dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas regiões administrativas do Distrito Federal com participação de 1.500 pessoas, criticou a maneira de divulgação das audiências públicas, sugeriu o uso de redes sociais para divulgar as audiências, falou ser preciso aumentar a participação popular, a sociedade precisa conhecer e entender o que acontece com o saneamento da sua cidade, identificar e discutir as causas dos problemas e buscar soluções, Lembrou-se da importância da criação de Oficinas Temáticas para discutir determinados assuntos específicos de maneira mais aprofundada. **Jorge (Sema)** salientou a complexidade da gestão Integrada dos resíduos sólidos. **Luciano (Sinduscom)** lembrou que o Distrito Federal está atrasado em relação ao Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, está entre os cinco estados mais atrasados nessa área, o que impede e dificulta acesso a recursos federais e parceria de convênios e obras de saneamento a serem realizadas. **João (Abes/DF)** se mostrou preocupado com a atuação do Congresso Nacional, e suas insistentes tentativas de aprovar alterações nocivas ao Plano de Gestão de Resíduos sólidos na calada da noite. **Mourão (Fórum das ONGs)** ressaltou a importância de investir em infraestrutura, por conta

da crise hídrica, citou o exemplo da drenagem, que por conta da crise hídrica, começou a incomodar, resíduos sólidos é a mesma coisa, a infraestrutura precisa estar pronta antes de ser implementada, não adianta desenvolver um planejamento sem dar a devida importância para as condicionantes, ressaltou a urgência dos estudos de impacto ambiental do CONAM/DF serem reformulados. **Mônica (Fórum das ONGs)** Salientou a importância de trabalhar com a sociedade civil, seja via câmara técnica ou Grupo de trabalho, voltar a ter as células que trabalham com a comunidade no varejo, sugeriu aproveitar o programa Sociedade Junto aos Parques que está parado no momento. Questionou o **Diego (Sinesp)** sobre os seguintes temas: em relação à participação dos catadores nas centrais de reciclagem. Em relação ao Plano de Drenagem Urbana. Salientou sobre a importância da impermeabilização, o quanto de área verde seria o ideal na área urbana. Alertou a respeito da interferência da União nas privatizações de concessionárias de água e energia, que as empresas interessadas na privatização dariam prioridade para o setor de água, pois o retorno financeiro seria quase que de imediato, bem diferente do esgoto, onde demoraria doze anos para dar retorno financeiro. **Diego (Sinesp)** afirmou não haver problemas com as lideranças de catadores a não ser na questão de coleta seletiva, tendo em vista que no Distrito Federal existem vários atores envolvidos, como o fim do Lixão e abertura Aterro Sanitários, particularmente em relação ao Plano não houve queixas e sempre se nota a presença dos catadores nas audiências. Sobre o Plano de Drenagem, uma das grandes críticas à Drenagem no DF é relacionado à manutenção, a Novacap é uma grande executora de obras, não de manutenção, existe a dificuldade de fazer a limpeza nas bocas de lobo, para se fazer a limpeza é muito oneroso, existe uma dificuldade no processo institucional da Novacap, em 2008 quando foi feito o Plano Diretor de Drenagem Urbana, havia muitos apontamentos e demandas de como a Novacap deveria se institucionalizar e do que o DF deveria priorizar, mas infelizmente isso não foi feito. Existe a perspectiva de usar a água do Lago Paranoá para captação, no Brasil a tendência é sempre drenar a água à Jusante, o IBRAM e a ADASA pressionam para que ações a Montante realmente comecem a serem efetivadas. Sobre Audiências Públicas tá claro que não está funcionando, é preciso melhorar as contribuições estratégicas. **André (Sema)** comentou sobre a Conferência Distrital de Meio Ambiente, que será realizada esse ano e um dos eixos da conferência é exatamente formular e propor uma intensidade maior em relação à participação pública. Conselhos é um modelo ultrapassado, é preciso inovar em novos modelos de espaço de participação pública, algo que não seja o Estado se apropriando das ferramentas de comunicação, sugeriu uma agenda que deve ser da sociedade e não do Estado, o Estado apenas criando oportunidade para que a coisa aconteça, como por exemplo, a criação de um site da sociedade para dialogar. **Jane (Ibram)** comentou a respeito da situação emergencial da regulamentação do bairro Crichá, que é uma área invadida, tem uma espécie em extinção, tem um rio recebendo água de esgoto, defendeu a regulamentação para conter invasões irregulares e amenizar os impactos ao meio ambiente. As condicionantes são mais de quinze mil, o primeiro ato é a fiscalização. A visão e as diretrizes o Ibram já possui, mas falta verba de estado para atender à demanda necessária. **André (Sema)** Salientou os esforços para modernizar e aperfeiçoar a fiscalização cada vez mais integrada com outros órgãos. **Jorge (Sema)** Lembrou que em cerca de quase cinquenta anos de lixão da Estrutural, cerca de pouco mais de dois mil catadores atuando e uma ação social pra fechar o Lixão, houve dificuldades para se ter um novo Aterro, sai o Aterro e não saem ainda os centros de triagem, os projetos do governo anterior eram feitos pra não funcionar, projetos orçados em setenta milhões de reais com verba de vinte e um milhões de reais. O Aterro Sanitário é um projeto de uma tamanha envergadura, que chega ser cinco vezes maior que o segundo maior aterro do país, Curitiba que é o top em coleta seletiva, está na taxa de 7%, Belo Horizonte não passa de 3%, aqui nós precisamos chegar imediatamente a 15%, em relação à crise hídrica, a barragem do descoberto foi construída na década de setenta, a barragem drena hoje cinco vezes mais água do que seu projeto original. Lembrou que o projeto de reciclagem começou no Plano Piloto no

governo Cristovão. **André (Sema)** Mencionou que o governador criou um grupo de trabalho para tratar do processo de fechamento do Lixão da Estrutural e para tratar do Aterro Sanitário, pelos cálculos do SLU os catadores estão perdendo algo em torno de dois dias de trabalho, os catadores dizem que é mais do que dois dias, em 2017 trabalhando à perspectiva de trabalhar com um orçamento na casa de cinco milhões e duzentos mil reais, que atende a mil e duzentos catadores a esses dois dias de perda, deixou registrado que estamos correndo o risco de perder o projeto do BNDS de vinte e um milhões e trezentos mil reais, contratados no governo anterior, porque o BNDS está questionando o fato de como se constrói três grandes galpões de triagem e mais um de comercialização, de dimensões um pouco maiores do que a média no Brasil, sendo que o modelo de coleta seletiva que o governo está propondo, a conta não fecha, não vai ter resíduos para 1.500 catadores operar em três turnos, a SEMA está trabalhando para viabilizar esse projeto o quanto antes, em menos de um ano, lembrou que mudou a direção como também as diretrizes do BNDS, o governador se comprometeu a ir até o Rio de Janeiro juntamente com o secretário de Meio Ambiente para conversar com o presidente do BNDS pra tentar colocar esse projeto em um bom rumo, mas se por acaso o BNDS por ventura questionar e não aprovar o projeto, que vai buscar recursos próprios. Disse está acontecendo uma convergência de temas, que precisam estar alinhados, como a Lei de Impermeabilidade do solo, Zoneamento Ecológico Econômico, Plano de Saneamento, inclusive na Adasa está se discutindo o Manual de Drenagem, o CONAM/DF precisa mergulhar nesses assuntos. **João (Abes)** comentou sobre a concorrência do centro de triagem, foram feitas cinco licitações, quatro com centros do SLU e uma com recurso do BNDS, a licitação foi realizada pela NOVACAP, comentou que no Lixão existem muitos interesses financeiros, comentou que o racionamento de água, que hoje é de um dia, tende a ser estendido para dois dias, que a obra de Corumbá IV está embargada por suspeita de corrupção na SANEAGO, A Barragem do Descoberto e de Santa Maria tende a não sustentar a demanda até o final do ano, tem a proposta do Bananal até o mês de setembro, onde existe a possibilidade de outorga sazonal para aproveitar a época de chuva, onde o Bananal produz mais de mil e quinhentos metros cúbicos por segundo de chuva, possibilidade de captação do Torto. **André (Sema)** Informou que haverá uma reunião do CRH no dia oito de março, em homenagem às mulheres e a ideia é que o governo finalizou o plano de contingência, plano coordenado de ação, uma carta aberta do CRH em relação à crise, para passar para a população a realidade, pois tem muita gente que acha que a crise é fabricada, não é pra entrar em pânico, mas precisamos ter os pés no chão. **Mourão (Fórum das ONGs)** Salientou que as Políticas de Recursos Hídricos, de Saneamento Básico e de Resíduos devem ser implementadas de maneira integrada, a crise hídrica atual é importante pra despertar a consciência, o debate e melhorar o planejamento, se fala na escassez de água há mais de vinte anos, estamos falando em drenagem, resíduos sólidos, ocupação desordenada e dois instrumentos importantes, que é o PDOT e ZEE, o Licenciamento Ambiental é diretamente ligadas aos instrumentos, as áreas ilegais causam problemas, mas o grande problema está nas áreas legalizadas, pois não foi feito nenhum planejamento, por um motivo bem torpe, por motivos econômicos sem pensar nas clausuras de causa e efeito, não é a toa que os momentos de dificuldade trazem as respostas, quais são as Normas específicas voltada o Licenciamento Ambiental, para que haja as cartas necessárias, e não as informações passadas pelas cartas das concessionárias, que foram informações falsas, como a carta da Caesb que diz que pode construir que vai ter água, as cartas das concessionárias foram cartas com informações falsas, normatizar o processo de licenciamento pra definir quais são as normas para que se tenha as cartas no processo de licenciamento, a crise hídrica mostra a importância de tratar resíduos sólidos, tratar água e tratar ocupação territorial, o aterro foi previsto para durar vinte anos, é de todo interesse que o processo de reciclagem não funcione. **André (Sema)** Elogiou a proposta do Mourão de Normatizar o processo de licenciamento para definir as normas em relação às cartas no processo de licenciamento. (Fórum de ONGs) **MÔNICA (Fórum de ONGs)** Lembrou que tem

estudos que sugerem a criação de pequenas usinas ao invés de uma grande usina em um local determinado, o que facilitaria inclusive a Logística Reversa, quem é obrigado a fazer os Aterros, são as indústrias, elas que tem que se virar com o lixo, e estamos falando de algo que o governo está fazendo e não estamos falando na Logística Reversa no Distrito Federal. Ressaltou a questão dos catadores, disse que o governo não tem perna para fazer tudo e não tem dinheiro, A projeto piloto da reciclagem como foi citado pelo JORGE (Sema) deveria voltar ao Plano Piloto, para evitar que empresas licitadas terceirizem os catadores, que serão expostos de maneira clandestina. O Distrito Federal não pode ter ZEE com escala menor de 1:10.000 **André (Sema)** Lembrou que houve reuniões á respeito das Escalas do ZEE, inclusive a pedido pelo CONAM/DF sobre um debate de arranjo do ZEE, um debate sobre as escalas, algumas pessoas não participaram, muitos entrando por fora, mas não fazendo o debate, quem quiser politizar a crise hídrica fará isso de maneira irresponsável, diversas siglas passaram pelo governo ao longo de vinte e cinco anos, estamos colhendo a falta de planejamento e irresponsabilidade durante todos esses anos, citou a propaganda de governos anteriores que prometia água para o DF pelo prazo de cem anos. Estamos vivendo um dia de racionamento por semana, em São Paulo chegou a ter cinco dias de racionamento. **Frederico (Ademi)** sugeriu dois tipos de parcelamentos, um realizado pelo órgão do estado, no caso do Distrito Federal, seria a Terracap e outro realizado por parceladores particulares, criticou a Terracap por não realizar o parcelamento de maneira correta e comercializar terrenos antes de concluir as obras de infraestrutura, em bairros como o Águas Claras e Samambaia, que tem 70% de ocupação, ainda não tem a infraestrutura concluída. Citou o exemplo do Noroeste que está passando por processo de assoreamento porque as obras de drenagem não estão concluídas e o bairro já está sendo ocupado. **João (Abes)** Lembrou que a prioridade de abastecimento de água é humano, o ideal seria fazer o que muitos países fazem que é ressarcir os produtores rurais para que não plantem, a Caesb está recolhendo taxa de contingência, o que poderia ser usado para essa finalidade. **André (Sema)** Propôs a criação de um grupo de trabalho, um seminário, uma reunião técnica mais especifica, com os convidados e os conselheiros para possam se capacitarem mais, temos dois caminhos, um seria os conselheiros se capacitarem a respeito do tema, com reuniões temáticas e antes do envio da proposta para a Câmara Legislativa realizar uma reunião para discutir onde podemos aprofundar nesse assunto, o outro caminho, mais de trabalhoso, mas ele é mais institucional, seria a gente ter um grupo de trabalho, se dividir e acompanhar essas reuniões temáticas, ou o grupo de trabalho organizar um relatório único, fazer a reunião técnica e depois apreciar no plenário e encaminhar uma posição do conselho do meio ambiente á respeito do plano. **Jane (Ibram)** Sugeriu para facilitar a vida de todos, escolher uma data viável, fazer uma seção de nivelamento, todo mundo junto faz o nivelamento de uma hora ou uma hora e meia, todos recebem os conteúdos, em cima dos pontos mais relevantes, depois convida as pessoas com inscrição nesses pontos, permite que se façam vários grupos, cada membro se interessa por um ponto relevante, cada grupo discute o ponto relevante e depois faz uma relatoria, cada grupo trás para plenário uma relatoria, isso é uma forma de se aprofundar certos aspectos na forma de grupo de trabalho, a partir disso o pleno decide o que vai validar do grupo de trabalho ou não, compartilha da opinião do **André (Sema)** em relação o CONAM/DF se pronunciar, acredita que em um dia seja possível solucionar várias coisas e assim evita de ocupar o tempo das pessoas, a solução do CONAM/DF viria no segundo momento, pois teria que dar tempo para a sistematização e da minuta de pronunciamento produzido no dia. **André (Sema)** Salientou que está com cara de ser uma Oficina, realizada em dois turnos, primeiro Oficina de Nivelamento e discussão temática, em uma tarde, depois o trabalho seria sistematizado e apresentado ao pleno do conselho em uma seção plenária, os grupos teriam relatores, esses relatores vão preparar um material final em uma tarde de Oficina, pode preparar em tempo real ou no dia seguinte. **Diego (Sinesp)** propôs que o conselho estabeleça uma agenda comum de nivelamento para todas as instituições e de acordo com as demandas

específicas, o CONAM/DF realiza as Oficinas e os pequenos conselhos. Prefere nivelamento voltado para as questões ambientais. Um momento único para otimizar a equipe, porque a equipe de trabalho é grande e os assuntos vastos, o que teria cara de seminário conjunto com outros conselhos, e depois desse seminário o CONAM/DF realiza um trabalho para identificar os pontos chaves e as contribuições do CONAM/DF em dois tempos, uma Oficina do CONAM/DF focada em quatro ou cinco pontos centrais e depois apresentação do relatório no plenário. **Ivens (Sema)** Por fim declarou que o seminário será de responsabilidade da Sinesp, por meio do **Diego** e a deliberação do conselho seria a criação de uma Oficina com a sugestão de cinco pontos específicos. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. ANDRÉ LIMA/Presidente.